



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Setor de Compras

TERMO DE REFERÊNCIA

O presente Termo de Referência visa à contratação, por meio de dispensa de licitação, de empresa especializada em Serviço de Locação de um Container Posto Médico para o pleno funcionamento durante o período das festividades em comemoração aos 136 anos de emancipação Política e Administrativa do município de Itaperuna RJ e a Festa de Carro de Boi no distrito de Raposo.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

O presente termo tem por objeto quantificar, especificar e definir algumas condições com base no Art. 71 da Lei 14.133/21 Para os fins desta Lei, considera-se bens e serviços comuns aqueles cujas características podem ser objetivamente definidos pelo edital, com base em especificações usuais de mercado., para Abertura de procedimento para Contratação de empresa de Serviço de Locação de um Container Posto Médico.

1.1 A contratação se faz necessária para garantir atendimento emergencial com suporte avançado de vida durante a realização de evento público promovido no município, com estimativa de grande concentração de pessoas, o que demanda a necessidade do mesmo visando garantir uma resposta imediata a eventuais intercorrências clínicas ou traumáticas.

1.2 Devido à especificidade do serviço e à urgência da contratação, o processo será realizado **por dispensa de licitação**, nos termos do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

1.3 As características e especificações da referida contratação são:



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de Locação de Container Posto Médico – Locação de 01 (um) container medindo 12,00m X 3,00m (36 m2) para funcionar como posto médico, com 2 banheiros, instalação elétrica e iluminação adequada ao atendimento; com climatização ambiente 2 (dois) ar condicionado, e instalação hidráulica com pia, com piso emborrachado lavável e impermeável (medindo 36m2), e instalação de POSTO MÉDICO com todos os equipamentos, para ser utilizado durante a realização do evento. De acordo com a RESOLUÇÃO N.º 083/2016 da SEDEC e Portaria nº 2048/02 do MS	Serviço	6		
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO					R\$

1.4 O presente levantamento realizado no mercado, o quantitativo estimado do serviço.

1.5 Tendo em vista que a contratação em tela terá o objetivo de garantir o suporte adequado as festividades no município.

1.6 O período de vigência do instrumento contratual será conforme a duração das festividades abaixo descritas:

Local do Evento (01): Mercado Produtor localizada na BR-356, KM 02 - Cidade Nova, Município de Itaperuna/RJ (comemoração aos 136 anos de emancipação Política e Administrativa) durante os dias 08 a 11 de maio de 2025.

Local do Evento (02): Raposo/ distrito de Itaperuna (festa de carro de boi) durante os dias 24 a 25 de maio de 2025.

1.7 Será disponibilizada à CONTRATADA toda a documentação necessária, não podendo a mesma, em qualquer hipótese, ser retirada das dependências da CONTRATANTE, salvo por motivo devidamente justificado.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Setor de Compras

A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar atendimento pré-hospitalar com suporte avançado de vida, durante a realização de evento público de grande porte, promovido no município. A presença deste suporte é imprescindível para garantir a segurança e a integridade física dos participantes, conforme preconizam as normas de atendimento em situações de aglomeração populacional.

A contratação está amparada no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, que permite a dispensa de licitação para contratação de serviços de pronto atendimento emergencial em situações específicas. Considerando a natureza do evento, a duração limitada e a especificidade do serviço, trata-se de uma solução temporária, pontual e justificável.

A opção pela contratação temporária e especializada se mostra mais vantajosa à administração, considerando a inviabilidade de execução direta pelo ente público, seja por ausência de leitos próprios dentro do local do evento, com disponibilidade de equipe técnica ou tempo hábil para estruturação logística.

A contratação por menor preço global entre os fornecedores habilitados garante a observância do princípio da economicidade, além de permitir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, conforme determina o art. 11 da mesma lei.

Por fim, a proposta atende às exigências da Resolução da ANVISA RDC nº 50/2002, da Portaria nº 2.048/2002 do Ministério da Saúde e demais normativas técnicas que regulamentam o funcionamento de serviços móveis de urgência e emergência, o que garante qualidade, segurança e legalidade na prestação dos serviços.

Assegurar a prestação de atendimento emergencial, com suporte avançado de vida, durante todo o período do evento de comemoração das festividades do município, que ocorrerá entre os dias **08 a 11 de maio de 2025 e 24 a 25 de maio de 2025**.

Promover a segurança sanitária e a assistência em saúde de forma imediata e eficaz, em casos de urgência e emergência clínica que venham a ocorrer durante o evento, reduzindo riscos à vida e à saúde dos participantes.

Atender às normas legais e sanitárias referentes ao atendimento pré-hospitalar móvel e fixo, conforme estabelecido pela Portaria GM/MS nº 2.048/2002, RDC ANVISA nº 50/2002, e demais legislações aplicáveis.

Evitar a sobrecarga da rede pública de saúde local (SUS municipal) durante os dias de evento, descentralizando atendimentos emergenciais e promovendo alívio na demanda das unidades fixas de saúde.

9.6 Garantir estrutura física, equipamentos e equipe técnica qualificada, médicos, compatíveis com os padrões exigidos com suporte avançado de vida, assegurando resposta imediata e profissional diante de intercorrências clínicas.



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico no Estudo Técnico Preliminar.

3.2 Atender à demanda do sistema municipal de saúde em consonância com os requisitos da administração pública, especialmente no que tange à transparência, eficiência e economicidade, mantendo o compromisso do gestor municipal na preservação da vida, disponibilização à população de ações e serviços de saúde contínuos, seguros e de qualidade.

3.3 Salienta-se que o serviço é de extrema necessidade para que possa ocorrer as festividades.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Fornecimento adequado de uma estrutura temporária de pronto atendimento, devidamente equipada e com equipe especializada e materiais hospitalares.

4.2 Adequação aos padrões de saúde e segurança, em conformidade com os padrões da ANVISA (RDC nº 50/2002 e RDC nº 07/2010) e respeitando as normas sanitárias vigentes (Vigilância Sanitária Municipal), prevenindo contaminações e garantindo a qualidade dos serviços.

4.3 Gestão eficiente dos recursos logísticos com fornecimentos de materiais hospitalares e medicamentos, para assegurar que a festividade em comemoração a emancipação do Município de Itaperuna e a Festa de Carro de Boi no distrito de Raposo ocorra de forma organizada, sem falhas operacionais.

4.4 O cumprimento dos horários, que inclui a entrega e execução dos serviços, com pontualidade e qualidade, respeitando a agenda estabelecida.

4.5 A manutenção, limpeza e conservação do espaço durante o evento são de responsabilidade da empresa CONTRATADA.

4.6 O Gestor do Contrato deverá acompanhar continuamente o serviço e analisar eventuais reclamações dos pacientes. A empresa contratada será inteiramente responsável por solucionar reclamações relacionadas à qualidade do serviço prestado.

4.7 Segue abaixo o que contemplara a estrutura.

4.7.1 02 banheiros,

4.7.2 Instalação elétrica

4.7.3 Iluminação adequada ao atendimento;

4.7.4 Climatização ambiente 2 (dois) ar condicionado,

4.7.5 Instalação hidráulica com pia, com piso emborrachado lavável e impermeável (medindo 36m²),

4.7.6 Instalação de POSTO MÉDICO com todos os equipamentos, para ser utilizado durante a realização do evento.

4.7.8 Todos os equipamentos devem estar em perfeito estado de conservação e funcionamento, com calibração válida, e laudos de manutenção preventiva e corretiva atualizados.

4.8 Requisitos Legais e Técnicos da Contratada:



4.8.1 Apresentar alvará sanitário vigente, emitido pela autoridade local competente.

4.10 Considerando que a nova Lei de Licitações possui uma legislação mais avançada e moderna, norteadas pela transparência e eficiência na contratação pública, com novas diretrizes que devem ser observadas por todos os entes e órgãos, dentre as quais podemos destacar a criação de modalidades de licitações, critérios de julgamento, a obrigatoriedade de documento de formalização de demanda, estudo técnico preliminar, termo de referência, mapa de riscos e aplicação da IN 65 SEGES, de 07 de julho de 2021 que dispõe sobre a pesquisa de preços no âmbito das contratações públicas, juntamente com o artigo 71 da lei 14133/2021

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 O serviço será executado em conformidade com as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência.

5.2 O regime de execução dos serviços prestados pela CONTRATADA, será contratação de empresa especializada em locação temporária, com todos os equipamentos, insumos, equipe técnica especializada, equipe médica e estrutura física necessária

5.3 O serviço será realizado, mediante solicitação e ordem de serviço.

5.4 O regime de execução será por empreitada por preço global.

5.5 O pagamento será realizado, de forma única com a conclusão dos serviços, que deverá emitir relatório de prestação de serviço.

5.6 Será responsável pela fiscalização dos serviços o Sra. Dedilene Maria Alves do Amaral que atestará os serviços prestados pelos técnicos e somente após assinatura, solicitará o pagamento.

5.7 O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO:

5.7.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Itaperuna/RJ, celebrará contrato administrativo com a CONTRATADA.

5.7.2. Nos termos do artigo 89 da Lei nº 14.133/2021, os contratos administrativos são regidos por suas próprias cláusulas e por preceitos de direito público, com aplicação supletiva dos princípios da teoria geral dos contratos e normas de direito privado. Além disso, conforme dispõe o artigo 40, I, da



Lei nº 14.133/2021, ao planejar suas compras, deve a administração pública observar "condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado".

5.7.3. A Lei nº 14.133/2021 ainda requisita que os contratos administrativos estabeleçam com "clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, as obrigações e as responsabilidades das partes, em conformidade com os termos do termo de referência e os da proposta vencedora".

5.7.4. O artigo 92 Lei 14.133/21 relaciona as cláusulas que devem constar obrigatoriamente de todo e qualquer contrato. Dentre elas, deve haver disposição sobre o regime de execução ou forma de fornecimento, preço e condições de pagamento, matriz de risco, quando cabível e direitos e responsabilidades das partes.

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;

III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;

IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;

VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;

VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

IX - a matriz de risco, quando for o caso;

X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;

XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;

XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que



forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;

XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;

XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;

XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;

XIX - os casos de extinção.

5.8 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

dos serviços, que submetem aos itens 5.3, 5.4 e 5.5 do aludido termo de referência.

5.8.1. O pagamento da CONTRATADA ficará submetido à entrega do relatório.

5.8.2. O relatório deverá ser entregue devidamente assinado pelo responsável da empresa vencedora, ou por um dos profissionais que executarão as atividades junto às equipes da CONTRATADA.

5.8.3. O relatório poderá ser rejeitado se estiver em desacordo com o objeto do contrato.

5.8.4. O pagamento só será realizado mediante atesto e autorização do fiscal do contrato no relatório apresentado pela CONTRATANTE.

5.9. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.9.1. A Secretaria Municipal de Saúde, celebrará um contrato administrativo com a CONTRATADA.

5.9.2. O contrato de prestação de serviço terá validade conforme a duração das festividades.

5.9.3. Durante toda a vigência do contrato, a CONTRATANTE cuidará para que sejam mantidas, em



compatibilidade as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições elencadas para execução da contratação.

5.9.4 Nos termos do artigo 89 da Lei nº 14.133/2021, os contratos administrativos são regidos por suas próprias cláusulas e por preceitos de direito público, com aplicação supletiva dos princípios da teoria geral dos contratos e normas de direito privado. Além disso, conforme dispõe o artigo 40, I, de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado”.

5.9.5 A Lei nº 14.133/2021 ainda requisita que os contratos administrativos estabeleçam com “clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, as obrigações e as responsabilidades das partes, em conformidade com os termos do termo de referência e os da proposta vencedora”.

5.9.6 O artigo 92 Lei 14.133/21 relaciona as cláusulas que devem constar obrigatoriamente de todo e qualquer contrato. Dentre elas, deve haver disposição sobre o regime de execução ou forma de fornecimento, preço e condições de pagamento, matriz de risco, quando cabível e direitos e responsabilidades das partes.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 A celebração do contrato pressupõe a futura e eventual adoção de providências precedentes pela Administração Pública, dentre as quais a contratação de empresa especializada para prestação de serviços descrito acima.

6.2 Em relação a prestação de serviços citada, a execução deverá ser acompanhada e fiscalizada, por servidor designado pela Secretaria municipal de saúde.

a) A fiscalização será exercida pelo Sra. Dedilene Maria Alves do Amaral que anotará toda e qualquer ocorrência que possa vir a surgir na duração do instrumento contratual.

b) Qualquer ocorrência, o fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil para adoção de medidas convenientes.

c) O pagamento só será efetivado mediante apresentação do relatório de atividades e a comprovação das certidões de obrigação trabalhista.



d) Caberá à CONTRATADA responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdências social e impostos.

6.3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.3.1. Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais.

6.3.2. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado, desde que sejam observadas as condições contratuais.

6.3.3. Aplicar as sanções, conforme previsto neste Termo de Referência.

6.3.4. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na prestação do serviço, fixando prazo para que seja reparado ou corrigido.

6.3.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber.

6.3.6. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.4. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

6.4.1. É de inteira responsabilidade da empresa contratada a efetivação do contrato de trabalho, recolhimento de impostos e demais responsabilidades trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes do vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para a CONTRATANTE.

6.4.2 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para maiores de catorze anos.

6.4.3. Executar os serviços através de profissionais/técnicos especializados e habilitados assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os mesmos venham a cometer no desempenho das funções.

6.5. A CONTRATANTE deverá exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

6.6. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos



empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.7. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

6.8. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do documento de contratualização e seus Anexos;

6.9 Zelar para que, durante toda a vigência do contrato, sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

6.10 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.10.1. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

6.10.2. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.

6.10.3 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

6.10.4. Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta por Dispensa de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

6.10.5. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente apresentou a documentação de regularidade e qualificação exigidas quando da instrução do referido processo de contratação direta.

6.10.6. Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

6.10.7. Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.



6.10.8. Se responsabilizará por eventual sobrepreço constatado no futuro contrato, uma vez que o regime jurídico-administrativo relativo às contratações públicas, com a consequente obrigação de seguir os preços praticados no mercado (art. 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993), se aplica tanto à Administração Pública quanto aos colaboradores privados, conforme Acórdão 992/2022 Plenário-TCU.

7. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1 A Contratação, refere-se a um Contratação de empresa especializada em Serviço de Locação de 01 Container Posto Médico.

7.2 A nova Lei de Licitações, n.º 14.133/21 c/c o artigo 37, inciso XXI, da Constituição da República, instituiu as normas necessárias para a efetivação das licitações e a formalização dos contratos da Administração Pública, estabelecendo inclusive, as hipóteses em que se realizam os certames, que no caso em exame, trata-se de contratação cujo serviço é denominado como comum e configura a hipótese de Pregão eletrônico, que se enquadra, "in concreto" na conformidade com o permissivo da indigitada Lei das Licitações e Contratos - LLC.

7.3 A regra na Administração Pública é sempre a celebração de procedimento licitatório para aquisição de bens ou serviços, conforme estabelece o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, como vemos abaixo:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Setor de Compras

da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

7.4 Levando em consideração todo levantamento realizado no Estudo técnico preliminar, a necessidade de dar continuidade no serviço prestado e o valor da contratação, entendemos que o processo licitatório é fundamental para atender as festividades municipais.

7.5 O processo licitatório se dará, através de **Dispensa de Licitação** e o critério de julgamento será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, então fica subentendido que a proposta vencedora será a que cumprir, todos os critérios deste termo de referência, ou seja a **MELHOR** proposta para administração será a vencedora.

8. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

8.1 O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados no mercado, considerados os preços constantes de bancos públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local da execução do objeto art 23 da lei 14.133/2021.

8.2. No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros de forma combinada ou não.

8.3. A presente pesquisa foi elaborada com base na instrução normativa SEGES/ME nº 65, de julho de 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

8.4. Os valores utilizados para a formação efetiva de preços, são oriundos de contratações da administração pública, mídia eletrônica e pesquisa com potenciais fornecedores especializados neste tipo de contratação.



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Setor de Compras

8.5. Foram utilizados os parâmetros II e IV da presente instrução normativa SEGES/ME nº 65. de julho de 2021 para composição da cesta de preços aceitáveis.

8.6. O método utilizado para a obtenção do preço estimado, foi o menor preço global, obtido através de uma cesta de preços aceitáveis.

8.7. Todos os documentos que complementam a pesquisa em tela, juntamente com a pesquisa de preços do ETP são partes integrantes, anexos ao processo administrativo.

8.8 O valor estimado da contratação é de:

9. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 Órgão..... = 20 Prefeitura Municipal de Itaperuna

Unidade Orçamentária.. = 20.21 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional..... = 10.122.0021 Saúde

Projeto/Atividade..... = 2.081.000 Manutenção das Atividades Administrativas

Natureza da Despesa... = 3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Fonte de Recursos..... = 500 Recursos não Vinculados de Impostos

10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1 Regularidade jurídica e fiscal, conforme os arts. 66 a 69 da Lei nº 14.133/21;

10.2 Capacidade Técnica, comprovada por atestados de fornecimento de produtos similares, no mínimo em 30% das quantidades registradas na Ata de Registro de Preços;

10.3 Somente serão aceitos atestados que se referiram a contratos já concluídos ou se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução,

10.4 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente e no CNPJ.

10.5 A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo ser exigida, nos casos de dúvida justificada por parte do agente de licitação, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foram prestados os serviços, reservando-se o direito de realizar diligência técnica para validação das informações fornecidas.

10.6 Avará sanitário vigente expedido pela autoridade sanitária local ou estadual.



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Setor de Compras

10.7 Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que a empresa executou serviços similares.

10.8 Declaração de vínculo empregatício ou contrato de prestação de serviço com a empresa

10.18 Estrutura mínima:

- 4.7.1 02 banheiros,
- 4.7.2 Instalação elétrica
- 4.7.3 Iluminação adequada ao atendimento;
- 4.7.4 Climatização ambiente 2 (dois) ar condicionado,
- 4.7.5 Instalação hidráulica com pia, com piso emborrachado lavável e impermeável (medindo 36m²),
- 4.7.6 Instalação de POSTO MÉDICO com todos os equipamentos, para ser utilizado durante a realização do evento.
- 4.7.8 Todos os equipamentos devem estar em perfeito estado de conservação e funcionamento, com calibração válida, e laudos de manutenção preventiva e corretiva atualizados.
- Declaração de que a empresa possui estrutura operacional suficiente para atender integralmente ao objeto da contratação no prazo solicitado

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para a contratação;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

11.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste Termo de Referência, as seguintes sanções:

- a) Advertência – ao dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa - calculada na forma do edital ou do contrato, não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento)



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Setor de Compras

- c) Impedimento de Licitar e Contratar - ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens b, c, d, do item 12.1., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do Município de Itaperuna RJ, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar ao responsável pelas infrações administrativas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, após análise jurídica, e observância às regras do §6º, do art. 156, da Lei 14.133/21.

Assinatura do Responsável